



MENSAGEM Nº 42/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho para a devida apreciação desta insigne Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que **“Dispõe sobre as funções, privativas de servidores públicos efetivos da Prefeitura Municipal de Valinhos e dá outras providências.”**.

Esta propositura, oriunda da Procuradoria Geral do Município, constante no Processo Administrativo Eletrônico nº 20.887/2023, é apresentada em decorrência do questionamento judicial de algumas expressões criadas nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2004121-37.2023.8.26.0000, em trâmite no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com o objetivo de declarar a inconstitucionalidade de algumas expressões da Lei Municipal nº 6.206, de 23 de dezembro de 2021, a Administração Municipal promove a alteração de nomenclatura, natureza jurídica e atribuições de algumas posições da Assistência Social.

A técnica legislativa adotada considera a aplicação literal da disciplina contida no inciso I, do artigo 7º, da Lei Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, confira-se:



Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

Cada norma jurídica, portando, em não se tratando de Código, disporá sobre “um único objeto”, neste caso, funções gratificadas, privativas de servidores públicos efetivos.

Nesta senda, a partir deste projeto, as posições com maiores responsabilidades das áreas técnicas, operacionais, burocráticas e administrativas serão reservadas aos servidores públicos efetivos em cargos públicos.

Incumbe registrar que a função gratificada não é uma posição na estrutura do quadro. A função gratificada preserva o servidor público nas atribuições típicas da Prefeitura e, considerando o aumento de sua responsabilidade, lhe retribui mediante o pagamento de uma vantagem pecuniária específica.

O servidor público efetivo que exerce função gratificada, mantém a matriz das atribuições do cargo, agregando também outras atividades não previstas originalmente. Com isso, a Administração Municipal reduz o custo com pessoal, deixando de efetivar servidores para o exercício de atividades pontuais.

Desta feita, considerando o contexto exposto e que as funções em questão são extremamente necessárias para designação de responsáveis pelos trabalhos técnicos da Prefeitura, crucial a presente reestruturação.

Em face da relevância da medida proposta, de justo, real e legítimo interesse público e pelos motivos expostos, solicito que a sua apreciação se faça em REGIME DE URGÊNCIA, na forma das disposições constantes do art. 52 da Lei Orgânica do Município de Valinhos, plenamente justificada, de modo a possibilitar o desenvolvimento da Administração Pública.



PREFEITURA DE **VALINHOS**

Ante ao exposto, coloco-me à inteira disposição dessa lúdima Presidência para quaisquer outros esclarecimentos que fizerem necessários, renovando, ao ensejo, os protestos de minha elevada consideração e declarado respeito.

Valinhos, 29 de agosto de 2023.

LUCIMARA ROSSI DE GODOY

Prefeita Municipal



- Anexos:** i. Projeto de Lei;
ii. Declaração de impacto orçamentário-financeiro;
iii. Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro.

AO

Excelentíssimo Senhor,

SIDMAR RODRIGO TOLOI

Presidente da Egrégia Câmara Municipal

Valinhos/SP



PROJETO DE LEI

Dispõe sobre as funções, privativas de servidores públicos efetivos da Prefeitura Municipal de Valinhos e dá outras providências.

LUCIMARA ROSSI DE GODOY, Prefeita do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inciso III, da Lei Orgânica,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas as funções gratificadas da Prefeitura Municipal, privativas de servidores públicos efetivos, previstas no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º A função gratificada, para efeito desta Lei, consiste na implementação de atividades ao servidor público efetivo, para além das atribuições inerentes ao seu cargo público efetivo, com o pagamento da respectiva e correspondente retribuição pecuniária.

Art. 3º As funções gratificadas previstas na presente Lei serão atribuídas a servidores públicos efetivos do seu quadro permanente, devidamente instituídas por ato específico, respeitados os requisitos e habilidades para sua atividade.

§ 1º Ao servidor público efetivo titular de uma função gratificada, compete desempenhar as atribuições de seu cargo público ou cargo de origem e também as atividades relativas à função.

§ 2º É vedada a percepção cumulada de retribuição por atividade de função.

§ 3º O ato específico de designação da função do servidor público efetivo, necessariamente, indicará o órgão, o serviço, o equipamento ou unidade da Prefeitura ao qual às atividades da função se vinculam.



Art. 4º As funções são vantagens concedidas exclusivamente a servidores públicos efetivos da Prefeitura Municipal.

Art. 5º Ao servidor efetivo designado para ao exercício das atividades de função não será atribuído o pagamento de horas extras.

Art. 6º As atividades previstas para as funções desta Lei não podem ser atribuídas a servidores públicos titulares de cargos de provimento em comissão.

Art. 7º A operacionalização do pagamento das retribuições correspondentes às funções instituídas nesta Lei, não podem ser realizados sem a comprovação do efetivo exercício da respectiva atividade.

Art. 8º A gratificação devida ao servidor público efetivo, designado para as funções previstas no Anexo I, corresponderá ao valor da diferença existente entre o valor do vencimento de origem do cargo de provimento efetivo e o valor de base da gratificação fixada para a respectiva função.

Art. 9º O valor da gratificação de função fixado no Anexo I, não pode ser inferior a 40% (quarenta por cento) do salário-base do emprego efetivo.

Parágrafo único. Quando a diferença entre o salário-base do cargo efetivo e o valor da gratificação não atingir 40% (quarenta por cento) do valor do salário-base do vínculo efetivo, deverá ser assegurado ao servidor designado, a título de retribuição, o pagamento correspondente a esse percentual mínimo.

Art. 10. As atividades, requisitos e habilidades das funções ficam previstas no Anexo II, da presente Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatamente, revogando-se disposições em



PREFEITURA DE **VALINHOS**

contrário, em especial as disposições em contrário da Lei Municipal nº 6.206, de 23 de dezembro de 2021.

Prefeitura do Município de Valinhos,
Aos...

LUCIMARA ROSSI DE GODOY

Prefeita Municipal





PREFEITURA DE **VALINHOS**

ANEXO I – GRATIFICAÇÃO

FUNÇÃO	BASE DE CÁLCULO DA GRATIFICAÇÃO	VAGAS
Gestor de Equipamento Social	Diferença entre o salário base do servidor público efetivo designado, relativamente ao valor da referência salarial CC 2	3





ANEXO II – ATIVIDADES E EXIGÊNCIAS

Atividades e Exigências da Função Gratificada de **GESTOR DE EQUIPAMENTO SOCIAL**

- 1 - Responsabilizar-se pela relação cotidiana entre CREAS/CRAS e outros centros de referência existentes no município e as unidades referenciadas aos centros no seu território de abrangência, considerando o processo de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços sócio-assistenciais e o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos;
- 2 - Responsabilizar-se pelos critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados nos centros de referência;
- 3 - Responsabilizar-se pela oferta e o acompanhamento do(s) serviço(s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;
- 4 - Responsabilizar-se pela alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular de informações sobre os Centros de referência e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;
- 5 - Responsabilizar-se pela avaliação dos resultados obtidos pelo centro de referência;
- 6 - Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;
- 7 - Responsabilizar-se pela identificação das necessidades de ampliação do RH da Unidade e/ou capacitação da equipe e informar o órgão gestor de Assistência Social;
- 8 - Responsabilizar-se pelos encaminhamentos à rede e seu acompanhamento.

Requisitos:

- Escolaridade: Ensino Superior Completo.
- Obrigatoriamente ser servidor público efetivo do quadro da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO**

DECLARAÇÃO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Base Legal – artigo 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio 2000.

INTERESSADO: GABINETE DA PREFEITA

OBJETO: CRIAÇÃO GRATIFICAÇÃO GESTOR DE EQUIPAMENTO SOCIAL

Na qualidade de ordenador da despesa, declaro que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Valinhos, 29 de agosto de 2023.

LUCIMARA ROSSI DE GODOY
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE VALINHOS			
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO Base Legal - artigos 15,16 e 17 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000			
OBJETO: CRIAÇÃO 03 VAGAS GARTIFICAÇÃO GESTOR DE EQUIPAMENTO SOCIAL			
PROCESSO Nº 20.887/2023			
CLASSIF. FUNCIONAL: 2.200	Dotação:	R\$	80.760,96
EXERCÍCIO DE 2023			
	R\$		
Receita orçamentária prevista 2023	-		A
Disponibilidades orçamentárias e financeiras – 2023	781.200.000,00		B
	781.200.000,00		C
Custo da presente despesa no exercício de 2023	80.760,96		D
Estimativa de impacto orçamentário %	0,010		D/B
Estimativa de impacto financeiro %	0,010		D/C
EXERCÍCIO DE 2024			
	R\$		
Receita estimada para 2024	802.500.000,00		A
Disponibilidades orçamentárias e financeiras – 2024	802.500.000,00		B
Custo da presente despesa no exercício de 2024	299.969,28		C
Estimativa de impacto orçamentário %	0,037		C/A
Estimativa de impacto financeiro %	0,037		C/B
EXERCÍCIO DE 2025			
	R\$		
Receita estimada para 2025	802.500.000,00		A
Disponibilidades orçamentárias e financeiras – 2025	802.500.000,00		B
Custo da presente despesa no exercício de 2025	299.969,28		C
Estimativa de impacto orçamentário %	0,037		C/A
Estimativa de impacto financeiro %	0,037		C/B
Na qualidade de ordenador da despesa, declaro que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Acima, estimo o impacto trienal da despesa, nisso considerando sua eventual e posterior operação. Declaro que no PPA 2022-2025 estão contempladas as despesas previstas no presente processo, considerando sua eventual e posterior operação e as despesas dela decorrente.			
Valinhos, 29 de agosto de 2023.			
LUCIMARA ROSSI DE GODOY <i>Prefeita Municipal</i>			